

A RELEVÂNCIA DO MAL-ENTENDIDO¹

Marcelo Dascal (Universidade de Tel-Aviv)
(Tradução de Maria da Glória de Moraes)

1. Tem havido muita discussão, entre filósofos e entre lingüistas, sobre a natureza do "entendimento" [understanding]* e sua relação com o significado, mas até agora, pouca ou nenhuma atenção tem sido dada ao mal-entendido². Provavelmente, a razão para esse descaso reside na hipótese de que o mal-entendido não é nada mais do que um "entendimento" imperfeito ou desviado e, portanto, facilmente definível em termos de um "entendimento", ao qual alguma forma de negação, convenientemente escolhida, é acrescida. Acreditava-se que assim que uma teoria satisfatória do "entendimento" fosse elaborada, seria possível se propor, sem dificuldades, uma explicação teórica do mal-entendido. Confesso que, até certo ponto, compartilhei dessa suposição que, agora, considero um tanto ingênua. Na verdade, quando pensei em escrever este artigo, minha intenção era a de apresentar uma série de casos de mal-entendidos, relacionados às diferentes camadas de significação de um enunciado, com o propósito de assim mostrar que essas camadas são "reais", tendo-se que levá-las em consideração ao se propor qualquer teoria do "entendimento". Estava, portanto considerando o mal-entendido em relação à teoria do "entendimento" da mesma maneira que se diz que o comportamento patológico é capaz de esclarecer a natureza do comportamento "normal", isto é, de uma maneira externa e indireta.

Eu tinha, no entanto, alguma razão em acreditar que essa não era a única utilidade que uma análise do mal-entendido poderia ter, ao ser vinculada a uma explicação do "entendido." Na verdade, mostrei há alguns anos atrás (Dascal, 1977) que, pelo menos em um tipo de "entendimento" -- o das implicações Griceanas -- a noção de mal-entendido tinha um papel relevante. Tanto que sugeri, então, a inclusão de uma "regra" especial - "Verificar se há mal-entendido" - no conjunto de mecanismos heurísticos, estabelecida para dar conta da interpretação dessas implicações.

* N.T. - privilegiei "entendimento" a "compreensão" por julgar que, neste contexto, esse termo expressa melhor a significação pretendida e também porque mantém o mesmo paralelismo que ocorre em inglês, i.e, understanding - misunderstanding, presente no texto original.

Na medida em que me aprofundi nos exemplos de mal-entendidos autênticos e imaginários que pretendia discutir, ficou claro para mim que as ligações entre o entendido e o mal-entendido eram mais íntimas e mais complexas do que eu - e muitos outros - tinham até então imaginado. Ficou evidente para mim que, além do seu papel preponderante no funcionamento dos fenômenos considerados pragmáticos, a noção de mal-entendido era também necessária para explicar outros diversos fenômenos lingüísticos, atualmente associados à semântica e não à pragmática. Se eu pudesse expressar isso numa fórmula curta e um tanto paradoxal, diria que me parece agora que uma parte significativa do entender tem a ver com o mal-entender.

Neste artigo, minha preocupação principal será a de apoiar essa afirmação por meio de exemplos. Formularei algumas hipóteses sobre os diferentes papéis dos mecanismos lingüísticos que estão relacionados com o que se poderia denominar de "gerência do mal-entendido na conversação". Como será facilmente observado, a abordagem é eclética, uma vez que tem origem em diferentes fontes teóricas (p.e. semântica de quadros [frame semantics], teoria dos atos de fala, teoria das implicações conversacionais, teoria dos conjuntos vagos, e recentes abordagens da comunicação em termos de regras sociais de comportamento).

Gostaria de ter mais dados empíricos, como gravações de conversação espontânea, onde há ocorrência de mal-entendido. Na ausência de tais dados, tive que me satisfazer com casos relatados na literatura, com casos que me foram descritos pelos próprios participantes e com casos imaginários. Acredito, porém, que as hipóteses freqüentemente geram mais dados do que os dados geram hipóteses.

2. Qualquer enunciação de, digamos, uma frase em português transmite a seu ouvinte ou, mais amplamente, a seu intérprete, uma "significação" que vai além do que é geralmente descrito como o "significado" da frase. Enquanto que o significado está normalmente confinado ao "conteúdo proposicional" da frase, sua significação inclui muitos outros fatores, além desse mesmo conteúdo proposicional: o motivo da enunciação do falante (que pode incluir ou o objetivo [point] do enunciado ou sua "motivação", ou ambos), a força ilocucionária do enunciado, o grau de envolvimento do falante ao que ele disse (que Hare costumava chamar de "neustic") as mensagens indiretas tais como as 'implicações conversacionais' - que o enunciado pode ou não (intencionalmente) transmitir, as informações não-intencionais sobre o falante e suas crenças, que possam ser inferidas a partir do enunciado, etc. Acredito que há razões para se acreditar que a significação (ou pelo menos a sua parte não-intencional) de uma enunciação, apesar de incluir uma série de fatores que são de uma certa maneira indeterminados, é razoavelmente bem estruturada, à maneira de uma cebola. Os diversos fatores mencionados constituem as "camadas" de significação. As mais internas são as que estão relacionadas com o "conteúdo proposicional" e são normalmente explicadas pela semântica, enquanto que as mais externas (i.e.as relacionadas às implicações conversacionais) tem sido tradicionalmente associadas à pragmática. Naturalmente, tem havido muita discussão sobre as camadas intermediárias (i.e.forças ilocucionárias) e

até o momento não há consenso se elas pertencem à semântica ou à pragmática. Não precisamos nos preocupar com essa discussão aqui, desde que admitamos que essas camadas podem ser discernidas e que a interpretação de uma enunciação não pode, em princípio, desconhecer nenhuma delas para que possa ser "totalmente" entendida³. Para simplificar, citemos Fillmore (1976:78): "toda vez que interpretamos o que alguém disse ou escreveu, há 4 perguntas que precisamos nos responder:

- (I) O que ele disse?
- (II) Sobre o que ele estava falando?
- (III) Por que ele se deu o trabalho de dizer isso?
- (IV) Por que ele disse isso dessa maneira?

Essas perguntas - algumas delas arábígúas - identificam algumas das camadas de significação a que nos referimos. A primeira foi abordada pela semântica, linguística e filosófica, tradicional. A segunda tem sido o objeto das atuais versões ampliadas da semântica, como a 'frame-' ou 'scene-semantics' do próprio Fillmore. A terceira, segundo Fillmore, tem estreitas ligações com a pragmática - p. ex. a teoria dos atos de fala e a lógica da conversação-; e a última, com a retórica.

Independentemente de sabermos se essas disciplinas são claramente discerníveis e se as perguntas permitem distinguir as camadas de significação de uma enunciação, elas podem nos servir de guias, indicando o que se requer para entender uma enunciação, e - segundo nosso objetivo aqui - como guia para que se possa identificar várias formas de mal-entendido, pois, evidentemente, um mal-entendido pode ocorrer se dermos a resposta "errada" a qualquer uma ou a qualquer combinação das perguntas (I)-(IV). Em outras palavras, o mal-entendido pode ocorrer em qualquer uma das camadas de significação. Um primeiro passo para se analisar o mal-entendido é, portanto, identificar a camada na qual ele aparece. Infelizmente, na maioria dos casos, como os exemplos evidenciarão, mais de uma única camada está em jogo. Na verdade, o mal-entendido - como o "entendimento" - resulta de formas específicas de interação entre as diferentes camadas. A análise, portanto, requer não só que as camadas sejam identificadas, mas também que os mecanismos da interação em questão sejam descritos, uma vez que o mau funcionamento dos mesmos pode causar o mal-entendido.

Minha preocupação principal neste artigo será com o mal-entendido na conversação; entretanto, mencionarei ocasionalmente textos escritos. Na conversação, o enunciado do falante A, aliado às propriedades do contexto e do co-texto no qual é emitido (p.e.sua "posição" no decorrer da conversação) estabelece o que denominei uma "exigência conversacional" (cf. Dascal, 1977). É em relação a essa exigência que a apropriação da resposta do interlocutor B terá que ser julgada (por A, principalmente). Observem que a resposta de B é, na verdade, uma resposta à percepção ou interpretação de B da enunciação de A e da exigência conversacional que essa estabelece. Em outras palavras, a resposta de B é uma função (entre outras coisas) das respostas que B dá as 4 perguntas, aplicadas ao enunciado de A.

A apropriação da resposta de B dependerá, determinantemente, da sua habilidade em interpretar a enunciação de A de uma maneira muito próxima à interpretação que A dá a seu próprio enunciado. Alguns autores descrevem esse pré-requisito como "correspondência de informação" [correspondence of information]. "Teoricamente, uma comunicação é bem sucedida quando há correspondência de informação entre duas pessoas." (Ruesch 1972:37). Mas "informação", aqui, deve ser entendida de uma maneira muito ampla, porque o que está em jogo é a correspondência que deve existir entre a "informação" no sentido de "conteúdo proposicional", mas também de injunções para que se aja de determinadas maneiras (entre elas, injunções para que se expresse atos de fala que pertençam a certas e não a outras categorias), o uso de certas regras e princípios comportamentais, etc. Na verdade, a correspondência exigida incluiria, em certo grau, todas as camadas de significação já mencionadas. Certamente que nunca exigimos ou atuamos com "total" (seja lá o que isso signifique) compreensão; portanto, a "correspondência de informação" não precisa ser uma correspondência completa. Como já foi observado muitas vezes, nós, freqüentemente, respondemos seletivamente a qualquer conjunto de estímulos, e os estímulos lingüísticos não são exceção à regra. Podemos ignorar algumas das camadas de significação e focalizar nossa resposta em outras, e as que reconhecemos podem ser só parcialmente reconhecidas⁴. A correspondência necessária é, portanto, de natureza claramente aproximativa ou vaga [fuzzy]. Entretanto, quando a interpretação de B da enunciação de A está em total desacordo com a interpretação pretendida por A, a resposta de B provavelmente será inapropriada, segundo o julgamento de A, e um mal-entendido pode ocorrer. Freqüentemente também será possível detectar a camada ou camadas responsáveis pelo mal-entendido e, conseqüentemente, fazerem-se as correções necessárias.

Consideremos agora alguns casos que ilustram mal-entendidos relacionados às diversas camadas de significação.

Arbitrariedades lexicais podem criar mal-entendidos que podem estar relacionados à primeira pergunta de Fillmore, apesar de na maioria dos casos não estarem, uma vez que frases que contêm expressões ambíguas são facilmente esclarecidas, tanto pelo contexto como pelo co-texto. O exemplo que segue também parece pertencer ao domínio da semântica propriamente dita:

- (1) V, profissional estrangeira em terapia pela dança, participa, como observadora, de uma sessão de terapia de grupo, num hospital em Berkeley. Ela não é apresentada (ao grupo) pelo terapeuta responsável pela sessão. Após participar por algum tempo das atividades do grupo, ela conversa com um dos pacientes:

V/ tendo notado o sotaque do paciente/:

De onde você é?

P: Eu sou de Malta. E você?

V: Sou de Israel.

P: Quanto tempo você fica aqui?

V: Mais dois meses, mais ou menos.

P: Haa-uh.../entonação ascendente, expressando solidariedade e piedade/. Estou aqui só por duas semanas.

V: Ah, não! Estou aqui só pra esta sessão.

O mal-entendido nesse exemplo pode parecer localizado no dêitico aqui: V e P apenas atribuíram referentes distintos a esse dêitico, isto é, "Estados Unidos" (ou 'Berkeley') e "este hospital", respectivamente. Apesar de que os dêiticos foram um dos primeiros tópicos da pragmática, sua interpretação sempre requer a determinação de referentes, um tópico que, na verdade, pertence à teoria da referência, parte tradicional da semântica. No entanto, examinando-se a questão com mais cuidado, deve-se reconhecer que o mal-entendido em (1) está intimamente relacionado à segunda pergunta de Fillmore, a que exige uma semântica ampliada. A primeira pergunta de V está inserida na cena ou esquema de "estabelecimento da interação", aquele cujas dimensões têm a ver com lugar de origem, lugar de residência permanente, estada temporária fora do lugar de residência permanente, etc. V continua a operar dentro desse esquema, durante toda a conversação (exceto em sua última investigação). P, no entanto, muda repentinamente da cena em questão para uma completamente diferente: a da "internação", onde o tempo de internamento está relacionado tanto com a gravidade da doença como com o "status" relativo dos pacientes. Os distintos referentes atribuídos a aqui têm a ver, portanto, com cenas diferentes a respeito das quais os falantes estão "conversando". Essa mudança de cena por P teria sido normalmente indicada por algum mecanismo que pudesse evitar o mal-entendido. Em última análise, a falta de preocupação de P em fornecer esse sinal poderia ser um indício de que ele tem algum distúrbio na sua competência comunicativa.

Os casos a seguir estão relacionados à terceira pergunta de Fillmore. Todos têm a ver com o "objetivo" da enunciação, embora de maneiras distintas. Como a ambigüidade lexical, os denominados atos de fala indiretos raramente produzem verdadeiros mal-entendidos. A força ilocucionária indiretamente transmitida é facilmente determinada. Tanto que a maioria das pessoas interpretam (2) abaixo, não como um mal-entendido da força ilocucionária da enunciação de A, mas como uma piada (sem graça):

(2) A: Pode me passar o sal?

B: Posso. / nenhuma ação é realizada/

Tanto em (3) como em (4), a força ilocucionária é corretamente identificada como a de uma pergunta:

(3) / Professora, demonstrando um balanço de braços, pergunta a uma aluna/

P: E agora, o que eu estou fazendo?

A: Você está ficando "numa boa"!*

(4) /Padre, visitando um ladrão na cadeia/:

P: Porque você roubou o banco, meu filho?

L: Porque é lá que tem "grana" de verdade.⁵

No entanto, o "objetivo" não é identificado corretamente, uma vez que o conjunto de respostas possíveis que o falante tem em mente diverge consideravelmente daquele que se manifesta na reação do ouvinte. Em (3), P provavelmente quer alguma descrição das características físicas do movimento que está fazendo, não de sua intenção. Uma resposta tal qual Você está nos mostrando um movimento seria tão inapropriada quanto a que a aluna deu e pertenceria, eu suponho, ao mesmo conjunto de alternativas que ela considerou ao dar sua resposta. Em (4), a indicação gráfica do acento contrastivo ajudaria a descrever o equívoco quanto ao conjunto de respostas possíveis. Enquanto que na pergunta de P o elemento contrastivamente acentuado seria, digamos, roubou ou talvez a cláusula completa, roubou o banco, - um fato indicativo de que são alternativas a estes elementos que o padre tem em mente (como trabalhar, ou ganhar seu dinheiro honestamente), o ladrão interpretou-a como se a ênfase estivesse em banco e deu uma explicação relevante a um conjunto de alternativas que inclui, digamos, banco, supermercado, bar, etc.

O próximo exemplo, apresentado por Laing (1976:136), apesar de estar relacionado aos exemplos citados acima e à terceira pergunta de Fillmore, mostra como a atenção aos detalhes da estrutura da conversação, no que diz respeito às "exigências conversacionais", é necessária para que mal-entendidos sejam evitados.

(5) Ele: Tenho duas filhas. Eduquei as duas a não se interessarem por sexo. Elas são pessoas importantes agora, cada uma na sua área acadêmica.

Eu: São?

Ele: O que?

Eu: Interessadas por sexo?

Ele: Não. Estão muito bem casadas

Uma das características de um par conversacional, tipo exigência-reação, parece ser sua 'imediatez'. Uma reação precisa ocorrer em consonância temporal estrita à exigência conversacional a qual ela responde⁶, pois, de outra forma, um mal-entendido pode acontecer. E parece haver um princípio conversacional que estabelece que é sempre a "última" exigência, ou a mais recente, que deve determinar a resposta do interlocutor. Consideramos agora, o primeiro enunciado de (5). Ele contém três asserções. Normalmente, seria a última dessas asserções que estabeleceria a exi-

* You are getting yourself into the right mood.

gência conversacional à qual "Eu" teria que reagir. "Eu", no entanto, escolheu reagir à segunda asserção sem dar (aparentemente) indicações de sua intenção. Na ausência dessa indicação, "Ele" deveria interpretar a reação como se fosse à sua terceira asserção. Mas o conteúdo proposicional dessa asserção é tal que - "São?" - somente poderia ser interpretado (dependendo do seu contorno entonacional) ou como um comentário cortês (e desinteressado) ou como uma pergunta sobre a veracidade da asserção. As duas interpretações precisariam ter contornos entonacionais específicos, que diferem completamente de um contorno regular da pergunta do tipo pedido de informação. Diante dessa situação de informação conflitante, "Ele", em vez de responder aleatoriamente, recorre a um mecanismo que serve para evitar mal-entendido. Observem que o questionamento da segunda asserção por meio de "São?" não permite nenhuma das interpretações mencionadas acima (comentário cortês ou questionamento da verdade da asserção), mas pode ser facilmente interpretada como um verdadeiro pedido de informação, uma vez que se refere ao possível resultado de um processo de educação e não ao fato de que esse processo teve lugar. É muitas vezes difícil de se distinguir entre a incapacidade de se entender o "objetivo" (e a exigência conversacional a ele associada) de uma enunciação e o ato deliberado de se ignorar que a resposta que foi dada esteja relacionada a esse "objetivo". Por exemplo:

(6) /Joãozinho corre em direção à sua mãe, gritando com alegria/:

J - Olha, eu peguei uma minhoca!

M - /Seca/ Vai lavar essas mãos sujas.

Ruesch (1972:54-55) denomina a resposta de M "comentário tangencial", dado que focaliza um aspecto da enunciação de J que é totalmente marginal ao "objetivo" por ele pretendido. Ora, ou a mãe não percebeu o entusiasmo de J, que buscava outro tipo de comentário, ou ela o ignorou propositadamente e, nesse caso, sua enunciação poderia possivelmente ser vista como portadora de uma implicação. Essa última possibilidade existe somente na medida em que a resposta de M tenha alguma relação - apesar de marginal - com o enunciado de J.

Na minha opinião, o caso seguinte ainda pertence ao conjunto de questões colocadas pela terceira pergunta de Fillmore.

(7) /O almoço é servido na piscina; A e B se encontram pela primeira vez/:

A: Você não acha que este 'grapefruit' está "passado"[stale]? Aposto que é de lata.

B: Há tantos 'grapefruits' por aí? Por que eles usariam suco de lata quando se tem a fruta fresca?

A: Ah, é; acho que hoje eu não estou com vontade de tomar suco.

Segundo Ruesch, que discute esse exemplo (1972:81-82), "A interpretou

passado literalmente, e reagiu à idéia de fruta enlatada versus não-enlatada. Ela não entendeu que a outra mulher queria dizer algo como, "Eu não gosto de suco de grapefruit" ou "A comida daqui não é muito boa" ou "Porque eles servem isso?", ou talvez, porque queria conversar. Essa paciente tem, geralmente, tendência a ater-se ao sentido literal e denotativo e a desconsiderar os aspectos conotativos da palavra que foi dita". Parece-me que o que ocorre nesse caso é semelhante ao que acontece em (2), isto é, uma interpretação incorreta da força ilocucionária do comentário. Tratar esse mal-entendido em termos de diferenças tais como denotativo versus conotativo, ou literal vs não-literal, somente obscurece a distinção entre esse caso e outros, onde noções como denotação e conotação são mais apropriadas para se descrever o que acontece. Na verdade essas noções podem ajudar a explicar um grande número de mal-entendidos, da mesma maneira que o par e significado 'emotivo' vs 'cognitivo', empregado por Stevenson (1946). Por exemplo, as "pseudo-discordâncias" descritas por Stevenson parecem estar relacionadas a discordâncias relativas a fatos (i.e. significado 'cognitivo'), enquanto que na verdade são discordâncias de atitude (i.e. significado 'emotivo'):

- (8) A: João é de confiança. Ele não muda de opinião todos os dias.
B: Não, João é teimoso. É difícil fazê-lo mudar de opinião.

Apesar de alguns autores (p.e. Osgood) considerarem que o componente "emotivo" é o constituinte básico do "significado", ele pertence, na verdade, a uma camada de significação um tanto quanto distinta, que considero, no modelo da cebola, como sendo "externa". Outro exemplo em que as camadas 'externas' (que provavelmente contêm "matizes" emocionais) têm influência na produção de mal-entendidos, é a seguinte experiência pessoal:

- (9) /Antes de deixar Israel para vir para Berkeley, pedi da Biblioteca Nacional em Jerusalém, que me fossem enviadas, para meu endereço em Berkeley, fotocópias de alguns manuscritos. Recebi as fotocópias com uma conta em dólares, bem acima do que costumava pagar com a moeda corrente israelense. Escrevi à biblioteca, em hebraico, pedindo que me cobrassem em shekels israelenses, de acordo com os preços estipulados. Recebi a seguinte resposta/:

"A respeito de sua carta à nossa seção de cópias, gostaríamos de lembrar a V.Sa. que cobramos em dólar aos nossos clientes do exterior. Os preços especiais são destinados somente aos clientes locais. Favor enviar a quantia de..."

Nesse caso, inferências foram feitas e medidas tomadas a partir de pressupostos incorretos sobre a significação do endereço do remetente, apesar dos sinais evidentes contrários a esses pressupostos, tais como minha carta em hebraico, o uso de papel de carta com timbre da Universidade de Tel-Aviv no pedido original, etc. O que me irritou na resposta foi a sugestão de que eu não era um "local", implicação

essa que gerou emoções e associações, muito além dos limites do quadro (frame) da transação comercial, que era o quadro explícito da troca de cartas.

O exemplo (10) (Gumperz 1980a:320,323), aparentemente tem a ver com a quarta pergunta de Fillmore:

- (10) /Um líder da comunidade negra americana, figura muito conhecida e altamente polêmica, fala numa manifestação pública de protesto à política dos Estados Unidos na guerra do Vietnã. No discurso, ele compara o tratamento dado pelo governo norte-americano às populações não-brancas no estrangeiro, à maneira que as minorias étnicas são tratadas nos Estados Unidos. À medida que a audiência - predominantemente branca - vai demonstrando sua impaciência e hostilidade, o tom de voz do orador aumenta e seu discurso se torna mais intenso. (Não estão incluídos aqui o tom, pausa e as indicações enfáticas, presentes na transcrição do discurso, todos dados pertinentes)/:
Orador / após ter mencionado Richard Nixon/: Este é o homem responsável... por todos os ataques ao Partido Black Panther... em todo o país. Este é o homem que manda seus cães malvados... assassinos (...) na comunidade negra e invade os programas de café da manhã do nosso Partido Black Panther... destrói a comida... que temos para as crianças que têm fome, e espera que a gente aceite toda essa merda de braços cruzados. Fodam aquele filho da puta. Nós vamos matar [we will kill] Richard Nixon.

/A audiência protesta/ Nós vamos matar [we will kill] qualquer filho da puta que se intrometa no caminho da nossa liberdade.

/Pouco tempo depois, o líder foi preso e acusado de ameaçar a vida do presidente americano. A defesa sustentou que o orador tinha usado um tipo de hipérbole característica do dialeto negro, que não era uma ameaça de morte, e que a acusação era fruto de um mal-entendido/

Partindo do pressuposto que, de fato, o líder mudou seu registro para o dialeto de inglês negro⁷, e que ele não disse, nesse dialeto, que o presidente seria morto, mas que seu poder político deveria ser destruído, a pergunta que ainda resta é porque ele disse isso daquela determinada maneira, i.e., porque ele mudou seu registro para o do dialeto negro. Na verdade, o mal-entendido teria sido evitado se a mudança tivesse sido percebida pela platéia, independentemente de se havia uma explicação para essa mudança ou não. Mas a falta dessa explicação ou uma explicação errônea poderia, por outro lado, gerar facilmente outros mal-entendidos. Por exemplo, a audiência poderia considerar a mudança para um dialeto (parcialmente) incompreensível como um insulto. Gumperz mostrou que uma das causas prováveis dessa mudança está relacionada com a função ritual de um determinado estilo de pregação religiosa negra e com a alternância rítmica dos dialetos. Se essas sugestões são corretas, é evidente que o "Por quê?" da pergunta IV não precisa ser sempre respondido em termos das in-

tenções conscientes do falante, mas pode se referir também a regras que governam seu comportamento e que não são de seu conhecimento.

Por fim, gostaria de apresentar um exemplo de mal-entendido (de Modaresi 1977) que me parece ser fruto de uma falta de sensibilidade às maneiras pelas quais gestos, a expressão facial e outros elementos não-verbais são combinados a elementos verbais na produção de 'enunciados':

(11) /M é uma menina psicótica, de 10 anos de idade. O que segue é parte de uma entrevista entre a terapeuta e M/

T: Eu não tenho certeza do que você quer dizer com 'contente' [glad]. Tenho certeza que vou te entender depois. Se você pudesse ser um pouco mais clara. [clear]

M: /sacudindo suas mãos da areia molhada/: Eu estou um pouco mais clara [clear]?

T: Se você pudesse ser um pouco mais clara [little more clearer] seria mais fácil para eu te entender.

M: /amassando gentilmente seu bolo de areia/: Veja, eu estou um pouco mais clara. [little more clear]

T: /um pouco surpresa/: Você acha que está mais clara agora?

Por acaso, mãos recém desbarbaçadas da areia molhada não ficam "mais claras" no sentido de "mais limpas"?* A entrevista continua com um longo fragmento, onde a terapeuta não consegue identificar a produção fonética um pouco distorcida de M da palavra "bright" ["inteligente"]. Na verdade, M parece entender o pedido de esclarecimento da terapeuta a respeito do significado de "glad" como um insulto. Ela mostra que ela está "clear", e quando isso é "claramente" insuficiente para a terapeuta (ver seu último enunciado), M passa a sustentar que ela é inteligente (ao contrário do que é sugerido pela terapeuta, conforme a interpretação de M). Talvez, mesmo a distorção fonética da palavra tem uma significação aqui (relacionada, outra vez, com a pergunta IV), isto é, mostrar que é a terapeuta que é incapaz de reconhecer a palavra, que não é tão inteligente. De qualquer maneira, esse diálogo ilustra uma série de mal-entendidos, de diferentes níveis, e não só da parte da paciente.

3. Esses exemplos ilustram uma ampla variedade de ocorrência de mal-en-

* 'Clear' em inglês pode significar tanto "claro" como "limpo", "desbarbaçado de sujeira, de complicações".

tendidos relacionada a diferentes camadas de significação de uma enunciação. Apesar de o conteúdo de cada um variar consideravelmente, esses exemplos têm um padrão comum. Dada a "exigência conversacional" de A para B (cf. acima), a resposta de B é inapropriada em relação a uma ou mais camadas, porque a percepção de B dessa exigência conversacional é diferente da percepção que A tem da que ele próprio estabeleceu na sua enunciação. Consideremos agora a posição de A no seu próximo turno de conversação: a resposta que lhe é dada é inapropriada segundo seu critério. Ele tem que interpretar essa resposta e a ela reagir. Mas para isso, A precisa saber se a resposta de B está ou não relacionada a um mal-entendido da sua exigência conversacional. Essa informação está mais diretamente ligada às tentativas de A em encontrar uma resposta à pergunta III (será que o enunciado de B pretendeu ser uma resposta ao meu enunciado da maneira como eu o entendo?). Mas também é provável que, dado que o que é percebido como "objetivo" de um enunciado pode ser processado em primeiro lugar, essa informação determine suas respostas às outras três perguntas e também de que maneira o conteúdo proposicional, o quadro (frame) e os mecanismos retóricos serão percebidos⁸. Assim, capacidade de decidir se houve ou não mal-entendido da parte de B parece ser uma pré-condição para qualquer uma das perguntas interpretativas a que A precisa responder, o que, por sua vez, é uma pré-condição para a sua capacidade de dar uma resposta apropriada à exigência conversacional estabelecida pelo enunciado de B, nessa altura da conversação. A disponibilidade de meios para "averiguar o mal-entendido" parece ser portanto uma condição sine qua non para que haja um bom funcionamento da conversação em todas as suas camadas.

Como já mencionei anteriormente, em nenhuma outra ocasião essa habilidade se mostra tão necessária como no caso da geração e compreensão de implicações. Para se interpretar uma implicação é necessário que se descubra a (aparente) violação de uma máxima. Isso é feito na forma de uma avaliação de alguma espécie de desajuste (irrelevância, no caso da máxima de relevância) entre a exigência conversacional naquela altura da conversação e "o que é dito" em um enunciado, que supostamente responde àquela exigência. Denominei de "semântico" esse nível de comparação (Dascal 1977), em oposição ao nível "pragmático", que leva em conta a significação de uma enunciação como um todo (o que é dito mais o que está implicado). Entretanto, a violação detectada deverá acionar um processo gerador de implicação somente se ela for percebida como uma violação intencional à máxima.

De acordo com as distinções que Shimanoff (1980:132-134) estabelece entre os 4 tipos de comportamento negativo face a uma regra, o problema está em se determinar se o comportamento do falante é, na verdade, um "comportamento violador da regra" ou se se trata de um "comportamento desconhecedor da regra", "equivocado na aplicação da regra" ou "oposto à regra".

Segundo as suas definições, o comportamento desconhecedor da regra ocorre quando a falha em se aplicar a regra é devida à ignorância da mesma. Isso geraria mal-entendido entre os falantes que não compartilham de uma ou mais regras. O comportamento equivocado na aplicação da regra não é devido à ignorância da regra,

mas somente a uma momentânea desatenção a ela. O comportamento violador da regra exige não só que o ator conheça a regra mas também que tenha consciência que seu comportamento não concorda com ela. O que o distingue é, portanto, "consciência" e "atenção momentânea" à regra - dois predicados mentais notoriamente difíceis de se atribuir a alguém. Por fim, o comportamento "oposto a regra" abrange todos os acima mencionados mais uma avaliação negativa da regra. A regra, pois, não é só violada como também (conscientemente) rejeitada⁹. Em outras palavras, mal-entendidos podem ocorrer porque o ouvinte identificou erroneamente a maneira pela qual o falante deixou de obedecer a uma regra. Se essa falha é somente devida aos comportamentos "equivocado na aplicação da regra" ou "desconhecedor de regra", ela não pode ser usada para acionar uma busca de implicações. Da mesma maneira, se há outras explicações causais, não necessariamente relacionadas às regras, à aparente inapropriação da resposta, (p.ex. falta de atenção a um estímulo) como no caso de Menon (Dascal, 1977), nenhuma implicação deve ser atribuída ao agente.

Devido a essas considerações, eu proponho acrescentar duas "regras", (C) e (M)¹⁰ ao sistema de mecanismos heurísticos que orientem o ouvinte na sua tarefa de deslindar as implicações que possam ser expressas por uma enunciação. Essas regras são:

- (C) Averiguar se há explicação causal
- (M) Averiguar se há mal-entendido

Obviamente, o lugar apropriado para "colocar" essas regras no sistema heurístico é imediatamente depois da detecção de uma suposta violação de alguma máxima (ou, mais geralmente, de um desajuste) e antes de qualquer tentativa de se fazer hipóteses sobre as possíveis implicações veiculadas¹¹. De certa maneira essa "estratégia" resulta da aplicação do 'princípio de parcimônia de Occam': explicações causais ou explicações que identifiquem mal-entendidos são mais simples e menos difíceis do que explicações (de um aparente desajuste) que atribuem ao falante implicações. Portanto, se as primeiras são aceitáveis, elas devem ser preferidas às últimas, em qualquer contexto.

Consideremos agora como a regra (M) poderia ser seguida. Obviamente, A não tem acesso ao que B está pensando para poder averiguar como ele construiu sua exigência conversacional. A precisa confiar em "dicas" que são observáveis, ou em outros procedimentos, para ter alguma certeza de que um mal-entendido não ocorreu, e então prosseguir na sua tarefa interpretativa. No entanto, uma vez que ele é a pessoa que estabelece a exigência conversacional em primeiro lugar, ao determiná-la, ele pode tomar um cuidado especial para impedir que um mal-entendido ocorra. Evidentemente, o que ele pode (e deve) fazer a respeito disso, é examinar com cuidado os possíveis mal-entendidos das palavras que escolheu para dizer, e dessa maneira, corrigi-las antecipadamente a fim de evitar todos os mal-entendidos que ele identificou como capazes de ocorrer no contexto¹². Mas não se espera que esse procedimento seja total-

mente eficiente. Alguns mal-entendidos ocorrerão, inevitavelmente, a despeito das precauções do falante. Portanto, a fim de ser capaz de seguir (M), ele tem que ter meios de detectar os mal-entendidos, e também de corrigi-los, se preciso. A responsabilidade de um falante sobre o que ele diz em uma conversação não está limitada à sua enunciação. Para seu benefício, uma vez que deseja produzir interpretações fidedignas dos enunciados de seu interlocutor, ele precisa seguir de perto os efeitos das suas enunciações, a fim de poder detectar os mal-entendidos e corrigi-los.

Dada a importância desses procedimentos na comunicação, espera-se que uma espécie de "sistema de gerência de mal-entendidos", que consiste de mecanismos de prevenção, detecção e correção dos mesmos (possivelmente três diferentes sub-sistemas), possa ser utilizado por qualquer falante. Esses mecanismos podem ser não só linguísticos, mas também paralinguísticos e não-verbais. Além disso, eles podem ter como função principal a gerência do mal-entendido ou serem só ocasionalmente usados para esse propósito. Maiores detalhes sobre a natureza desses mecanismos deve aguardar pesquisa empírica. No presente estágio, tudo que posso fazer é dar algumas sugestões sobre diferentes mecanismos que parecem pertencer a cada um dos três sub-sistemas mencionados.

Considere a primeira frase desse artigo*. Ela pode parecer um tanto estranha, talvez até agramatical, por causa da cláusula among linguists and among philosophers** que contém. Essa construção foi escolhida para mostrar com clareza que a situação que tenho em mente não é aquela em que filósofos e linguistas estão em campos antagonicos, debatendo a questão uns contra os outros. Julguei que essa era a idéia que me seria atribuída se tivesse usado, naquela cláusula, a forma mais simples - among linguists and philosophers. Portanto o uso de uma segunda ocorrência de "among", aparentemente redundante e supostamente agramatical, teve a intenção de evitar mal-entendido. Na verdade, todo esse esforço foi causado pelo meu precário domínio das escolhas lexicais que a língua inglesa oferece para casos como esse. Se eu tivesse me lembrado da existência de duas opções lexicais, i.e. between e among, que diferem precisamente no fato que a primeira expressa predicação dupla, enquanto que a segunda, predicação única, eu não teria pensado que among linguists and philosophers poderia ter, como uma de suas leituras, o significado de between linguists and philosophers. No entanto, o exemplo é ilustrativo. Em primeiro lugar, porque em línguas como português e espanhol, nas quais um único ítem lexical - entre - desempenha as funções tanto de between como de among (no contexto em questão), meu cuidado seria justificável, uma vez que o mal-entendido que eu queria evitar certamente iria ocorrer. Em segundo lugar, porque o exemplo sugere a complexidade do que é preciso para evitar um mal-entendido. O tipo de mal-entendido que tentei evitar tem a ver, princi-

* N.T.- no artigo original:- "There has been a lot of discussion, among linguists and among philosophers about the nature of understanding".

** N.T.- aqui a cláusula não foi traduzida, porque a análise que o autor irá desenvolver diz respeito a uma questão linguística relacionada à língua inglesa.

palmente, com a especificidade da natureza do predicado (único ou duplo) e com seu escopo. No contexto, como na maioria dos nossos exemplos, ele vai muito além desse "mero" fato sintático-semântico. Observa-se, por exemplo, que a ocorrência do mal-entendido em questão, somente acontece por causa da presença do substantivo discussão no início da frase. Se eu tivesse usado publicações [writing], por exemplo, nenhum problema desse tipo ocorreria. Discussão está associada a uma "cena" prototípica, onde pelo menos duas facções, com opiniões que são de alguma maneira divergentes, trocam idéias sobre algum tópico mais ou menos específico. As "variáveis" contidas nessa cena mental esquemática podem ou não ser preenchidas pela informação apresentada pelo contexto ou por uma maior elaboração textual. Elas se referem à natureza das trocas de palavras (que na verdade devem ser concebidas como cenas encaixadas com uma estrutura interna própria), ao tipo de divergência, ao(s) tópico(s) em discussão e às facções envolvidas¹⁵. Esse último item pode ser especificado de várias maneiras. As duas facções envolvidas na discussão podem ser mencionadas e podem ser ou pessoas, ou grupos, ou um indivíduo e um grupo. Nesse caso, o inglês parece exigir a escolha lexical (se for dessa maneira que a especificação é feita) de between. No caso em que um grupo é uma das facções identificadas, não há porém necessidade de se especificar, se são todos os componentes, a maioria, ou se somente alguns membros do grupo que produzem os enunciados da discussão. Esse é um dos pontos em que a especificidade em questão provoca vaguidade [fuzziness]. O modificador a lot [muita] acrescenta outra dimensão de vaguidade à nossa cena. Se mais do que duas facções são mencionadas, então a escolha lexical deve ser among, mas elas também podem ser especificadas individualmente, coletivamente como um grupo, como vários grupos, etc., e nenhuma referência é feita aos pares ou trios de debatedores que provocam "muita discussão". Provavelmente, a falta de qualquer uma dessas especificações poderia ser a causa de algum mal-entendido, num contexto suficientemente especializado. Mas não é necessário levar-se em conta todo esse leque de possíveis (mas dificilmente prováveis) mal-entendidos para que eles não ocorram. É necessário, no entanto, preocupar-se com mal-entendidos passíveis de ocorrer; essa probabilidade de ocorrência é consequência ou de certas ambiguidades inerentes à forma linguística empregada ou de características específicas desse contexto particular de uso.

Seria tolice supor que a única função dessas palavras, como no segundo uso (incomum) que faço de among (ou em português, na correta recorrência de entre) é a de "evitar mal-entendido". Como vimos, elas têm o objetivo de especificar a natureza do predicado envolvido - uma respeitável função semântica. Mas a não ser que se tenha em mente que se quer evitar o mal-entendido, não se tem condições de responder apropriadamente, nos casos mencionados, à pergunta III em relação ao uso dessas palavras no enunciado em questão. Na verdade, qualquer palavra pode ser usada com a função de evitar o mal-entendido. Mas algumas palavras ou construções parecem, de alguma maneira, especializar-se nisso. Suspeito que palavras com essa especialização são as que são denominadas de indicadoras de escopo (both, either, que em algumas línguas ocorrem em pares), algumas espécies de qualificadores (hedges) e palavras de

"cancelamento" como mas (em um dos seus sentidos: o do hebraico aval, alemão, aber e espanhol, sino; cf. Dascal e Katriel 1977).

No que concerne aos mecanismos corretores de mal-entendidos, elementos não-especializados podem ser utilizados. Esse é o caso da ênfase dada a aqui na última frase de (1). Mas nesse caso eu suspeito também que algumas palavras ou construções linguísticas podem se especializar nessa tarefa. Um caso a ser considerado parece ser o sentido corretivo de mas (o que corresponde ao hebraico ela, alemão, sondern, espanhol, pero) que requer uma negação explícita na frase que a precede.

Uma vez que a gerência de mal-entendido precisa ocorrer, na maioria das vezes simultaneamente com a produção e recepção da fala, é provável que os mecanismos especializados nessa função são principalmente não-verbais ou pelo menos para linguísticos. Gumperz (1980b) menciona uma série de "dicas paralinguísticas contextualizadas" que indicam o "entendimento" e mostra como a sua ignorância por falantes estrangeiros pode causar mal-entendidos. Essas "dicas" são, na verdade, indicadoras de "entendimento" e não de mal-entendido. Alguns gestos, no entanto, parecem se especializar em indicar uma coisa ou outra. Acenos com a cabeça indicam o primeiro, enquanto que testas franzidas, o último. De qualquer modo, é evidente que os dois sistemas estão intimamente relacionados, uma vez que a ausência de sinais que indicam "entendimento" pode servir para sinalizar mal-entendido ou dificuldade em entender. No entanto, muito mais precisa ser feito a fim de que esse sub-sistema possa ser corretamente descrito (deve-se notar, especialmente, que há uma diferença evidente entre os indicadores de mal-entendido e os de não-entendido).

NOTAS

1. Uma versão preliminar desse artigo foi apresentado na 52ª Reunião Anual da Western Speech Communication Association, San Jose, California, 1981.
2. Veja, no entanto, Zaefferer (1977) e a bibliografia nele incluída. Gostaria de assinalar que não vou tratar aqui do que Bierwisch denomina de "linguistic errors" (Bierwisch 1970).
3. A representação da significação de um enunciado na forma de uma cebola foi discutida, e algumas das suas implicações foram exploradas em Dascal e Katriel (1977, 1979) e Katriel e Dascal (1984).
4. Não há razão para supor que todas as camadas desempenhem o mesmo papel no comando da resposta. O aspecto referido como "o objetivo" [point] da enunciação normalmente pode ter um papel dominante. Mas "o objetivo" somente pode ser determinado pelo ouvinte se ele levar em consideração tanto fatores pragmáticos como semânticos. Além disso, em muitos casos, é um aspecto marginal da enunciação que pode co-

mandar a resposta. Isso pode ocorrer ou na forma de um "comentário" (como os expressos pelos advérbios do tipo francamente, honestamente, etc) ou de uma clara implicação do fato relatado no enunciado (como o comentário tangencial no exemplo (6)), ou por alguma outra coisa. Uma investigação empírica mais cuidadosa deve esclarecer em que medida as diferentes camadas contribuem para estabelecer a exigência conversacional que comanda a resposta.

5.0 exemplo é de Hilary Putnam. Esse exemplo também é, na maioria das vezes, interpretado como uma piada e não como um caso de verdadeiro mal-entendido.

6. Ruesch (1972:49 e passim) enfatiza a importância do momento certo ou apropriado de uma resposta, não só para evitar mal-entendidos, mas também para evitar danos mais permanentes à competência comunicativa - especialmente no caso em que os interlocutores são crianças: "Sinais, declarações e mensagens em momento inoportuno, têm os mais devastadores efeitos na primeira infância."

7. Gumperz apresenta uma série de razões que justificam esse argumento, que incluindo observações sobre outras formas que o orador usa nessa altura do discurso, algumas das quais típicas do inglês negro (BE); também faz observações sobre o ritmo, entonação, e outros padrões característicos que ali ocorrem. Uma pesquisa posterior relatada por ele mostra que falantes negros daquela área normalmente usam "Kill" [matar] metaforicamente e não literalmente (He killed that bottle [ele matou aquela garrafa] significando He finished that bottle [ele terminou aquela garrafa]); para expressar a idéia de tirar a vida de alguém, outras expressões são normalmente usadas (e.g. to wipe him out, to rip him off).

8. Gumperz (1980:320) parece sugerir uma ordem hierárquica semelhante: "... uma inferência conversacional depende de múltiplos níveis de sinalização. Primeiro, processamos a fala para obter a perspectiva geral ou o quadro interpretativo em termos do que julgamos estar acontecendo e depois, na ordem apropriada, usamos esse quadro interpretativo para decidir o que é pretendido em qualquer estágio do evento, e como responder." Isso está ligado à questão apontada na nota 4. Parece-me que a interação entre as várias camadas ou "sistemas de sinalização" é um tanto complexa, e que, até agora, não temos provas de que um ou outro desses sinais seja geralmente "processado em primeiro lugar".

9. Apesar de Shimanoff apontar alguns indicadores (de comportamento) que ela acredita estarem relacionados a esses quatro tipos de comportamento, principalmente no que se refere à aceitação de sanções, eles me parecem um tanto fracos e mal fundamentados. Além disso, todos eles estão relacionados com o que acontece depois, digamos, do ato de fala. Eles permitem, portanto, a detecção do mal-entendido somente post-factum. Nesse sentido, eles menosprezam a necessidade de mecanismos de controle

preventivos e imediatos do mal-entendido, que discuto abaixo.

10. Eu uso aspas aqui porque as regras propostas são realmente regras de interpretação e não regras que prescrevem comportamento - as únicas que Shimanoff (1980:51 ff.), propõe chamar de 'regras', propriamente ditas. Acho que sua proibição de 'regras de interpretação' é discutível, principalmente na sua versão generalizada que proíbe todas as 'regras' que 'prescrevem cognições'. Sem dúvida, 'cognições' não podem ser prescritas. Mas certas regras podem ter relação com uma tentativa de "dirigir" nossos mecanismos cognitivos a conteúdos determinados e não a outros. É perfeitamente razoável, por exemplo, conceber uma regra que diz "Dirija sua atenção ao estímulo mais saliente no contexto, e reaja a ele" (cf. minha análise do caso Me-non). Isso se refere diretamente (e não só indiretamente, como fazem todas as outras regras de comportamento) a um estado cognitivo. Ora, alguém diria que essa é uma regra de "comportamento" uma vez que "prescreve" comportamento mental? Se sim, eu não discuto a proposta, mas certamente, ela esvazia completamente o termo "comportamento" de qualquer significado distintivo. Outra maneira de responder às críticas desse tipo às regras de interpretação por mim propostas, é dizer que uma regra tal como (M) pode ser na verdade derivada de uma regra de comportamento no sentido estrito, quero dizer, de algo semelhante à quarta máxima de Grice (de "maneira"): "Seja claro (i.e., na leitura proposta, 'evite mal-entendidos') em seus atos de fala".
11. Observe que isso difere completamente da "ordenação" proposta no sistema de Gazdar (1979), em que todas as implicações (i.e. implicações potenciais) de uma sentença são geradas em primeiro lugar, e então o contexto é usado para cancelar as que não cabem, permanecendo somente as verdadeiras (não-hifenizadas) implicações. Acho que esse sistema iria saturar a capacidade de processamento de qualquer falante real. O sistema é, na melhor das hipóteses, uma descrição estritamente formal da natureza da implicação, mas não um modelo teórico do modo em que as implicações podem ser usadas na conversação.
12. Esse requisito é semelhante a uma das regras da clássica 'disputatio' escolástica, que estipula que o defensor de uma tese tem que responder somente a objeções [actual] que forem de fato levantadas contra a tese. Ele não tem a obrigação de defendê-la contra todas as possíveis objeções. A "defensibilidade" de uma tese depende daquela habilidade e não dessa última. Leibniz usou essa distinção de uma maneira interessante com o propósito de responder aos céticos que negavam a possibilidade de distinguir entre o que está "além da razão" (e.g. os mistérios da fé), e o que é "contrário à razão". Cf. Dascal (1975) para detalhes.
13. A cena ou estrutura da "discussão" pertence a uma "família" de tais cenas, isto é a família de eventos 'comunicativos'. Em vista das teorias "cognitivas" da lingua-

ger, que atualmente vêm sendo desenvolvidas em Berkeley, onde é feita uma distinção entre um modo de "compreensão" e um modo de "ação em progresso", arbores ligadas a mesmo enunciado, seria interessante descobrir a qual desses modos realmente pertence o sistema de gerência de mal-entendido. Na verdade, uma vez que ele se relaciona ao curso da fala [flow of speech] e ao encadeamento apropriado dos segmentos do discurso, ele pertence ao modo de "ação em progresso". Por outro lado, devido a própria natureza do mal-entendido (mal-entendido) ele deve também se relacionar ao modo da "compreensão". Estou certo de que George Lakoff, que tem usado essa distinção, não faria objeções à descoberta de mecanismos que pertençam aos dois modos, já que esses mecanismos lhe forneceriam provas para sustentar sua tese de que 'semântica' = 'pragmática', i.e. de que há uma íntima correlação entre os dois modos.

BIBLIOGRAFIA

- BIERWISH, M. (1970) "Fehlerlinguistik". Linguistic Inquiry 1.397-414.
- DASCAL, M. (1975) "La razón y los misterios de la fe según Leibniz". Revista Latinoamericana de Filosofía 1.193-226.
- _____ (1977) "Conversational relevance". Journal of Pragmatics 1.309-327. Publicado em português in DASCAL, M. (org.) Fundamentos Metodológicos da Linguística, vol. IV, p. 105-131.
- DASCAL, M. and T. Katriel (1977) "Between semantics and pragmatics: Hebrew 'aval' and 'ela'". Theoretical Linguistics 4.143-172.
- _____ (1979) "Digressions: A study in conversational coherence". PTL: A Journal for Descriptive Poetics and Theory of Literature 4.203-232.
- FILLMORE, C.J. (1976) "Topics in lexical semantics". In R.Cole (ed.), Current issues in linguistic theory. Bloomington. Ind.: Indiana University Press, 76-138.
- GAZDAR, G. (1979) Pragmatics: implicature, presupposition and logical form. New York: Academic Press.
- GUMPERZ, J.G. (1980a) "The role of dialect in urban communication". Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik 26 (Beiheft). 318-333.
- _____ (1980b) "The sociolinguistic basis of speech act theory". Versus: Quaderni di Studi Semiotici 26/27.101-121.

- KATRIEL, T. and M. DASCAL (1984) "What to indicating devices indicate?". Philosophy and Rhetoric. 17.1-15.
- LAINING, R.D. (1976) The facts of life. New York: Pantheon Books.
- MODARESSI, T. (1977) "Motor organization and symbolic signification in childhood psychosis". American Journal of Dance Therapy 1.3-11.
- RUESCH, J. (1972) Disturbed communication. New York: Norton.
- SHIMANOFF, D.B. (1980) Communication rules: Theory and research. Los Angeles: Sage.
- STEVENSON, C. (1946) Ethics and language. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- ZAEFFERER, D. (1977) "Understanding misunderstanding: A proposal for an explanation of reading choices". Journal of Pragmatics 1.329-346.